

R E S E N H A

ABRANTES, Elizabeth Sousa; PEREIRA, Josenildo de Jesus; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio (Org.).
Histórias e memórias da Balaiada. São Luís, MA: Editora UEMA, 2022.

HISTORIOGRAFIA,
MEMÓRIAS E
LUTAS SOCIAIS
Tecituras da Balaiada

FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO
Universidade Federal do Piauí
Teresina | Piauí | Brasil
gleison.monteiro@ufpi.edu.br
orcid.org/0000-0002-2808-9516

A História pode ser notada nas formas mais diversas das relações sociais e narrada a partir de indícios e feitos que, magistralmente, procuram representar, por intermédio da interpretação das fontes e os ensaios da escrita, as experiências vivenciadas por indivíduos que engendraram lutas, mas lutas pela sobrevivência, de resistências às instituições, às vezes movimentos tênues, seguidos de silêncios e imbricados de significantes. Assim, é a expressão desta coletânea, fruto de um evento¹ que, agora na forma de livro, lançado em 2022 pela editora UEMA. Esse livro nos conduz a fazer distintas reflexões sobre a ocorrência da Balaiada e se destaca por trazer pesquisadores de diversas instituições e especialistas em História do Brasil Imperial.

O livro reúne 14 artigos, que estão distribuídos em quatro partes: Relações etnicorraciais e de gênero (parte um), Balaiada e Ensino (parte dois), Memória e Historiografia (parte três) e Imprensa e Literatura (parte quarto). Antecede os artigos um prefácio escrito pela historiadora Farias, que enfatiza ser resultado de uma “equipe multidisciplinar” de pesquisadores que, além de revisar a Balaiada, tem distinção às análises que procuraram o “envolvendo também as populações atuais dos principais lugares por onde os balaios tivessem passado ou se estabelecido” (Farias 2022, 15). Na sequência, uma introdução escrita pelos organizadores que, de forma didática, apontam os avanços das análises e a “discussão para questões pertinentes relacionadas às pesquisas sobre Balaiada” (Abrantes; Pereira; Mateus 2022, 26).

As análises dos autores são permeadas por abordagens que deslindam pela “historiografia, à memória, a literatura, a imprensa, a nova história militar, gênero, ensino, patrimônio” (Abrantes; Pereira; Mateus 2022, 26). Com essas perspectivas interpretativas, somos levados a romper a pecha de um movimento de “bandidos e facínoras”. Na contramão desse discurso, os autores ensaiam enfoques e projetam os balaios como uma multidão que fez resistência ao Estado Imperial, que insurgem em diversos tempos e lugares sociais. Ao longo da leitura, observamos como estes protagonizaram no Maranhão, Piauí e Ceará, manifestando diversas formas de oposições ao poder político e da fundação de uma memória histórica capaz de ressurgir uma (re)interpretação da Balaiada.

Desta feita, os artigos selecionados para essa coletânea elucubram a sintonia entre a polissemia e a prospecção dos projetos de pesquisas que ponderam a Balaiada no decorrer da historiografia. Isto posto, percebemos que essa coletânea projeta, de forma retrospectiva, um movimento social que, fincado no império brasileiro, rompe com o tempo, se expande e se renova pelo olhar dos historiadores, geógrafos, antropólogos, sob as tessituras das fontes. Talvez seja esse o principal rompante do livro: os diálogos com as fontes e a interpretação a partir de diversos lugares sociais e acervos de memórias.

As propostas dos artigos seguiram um raciocínio unívoco, que se propôs a ponderar criticamente as disputas pela memória da Balaiada e de ressignificar as “interpretações favoráveis e condenatórias desta revolta” (Abrantes; Pereira; Mateus 2022, 23), conforme apontava as discussões do século XX. Esta obra, além de ampliar a visibilidade da temática, também incita os leitores ao exercício de “revisitar fontes históricas e apontar questões ainda não exploradas”, e, por esse motivo, “têm mobilizado historiadores” (Farias 2022, 20), impulsionado discussões em eventos e em publicações congêneres para decifrar e questionar

¹ II Simpósio Memórias da Balaiada – 180 anos, no Departamento de História e Geografia, na UEMA, São Luís, 12 e 14 de dezembro de 2018. Na verdade, essa atividade é precedida por outros eventos locais, regionais, que tem por objetivo impulsionar o tema da Balaiada na historiografia.

as incompletudes das ações dos balaios.

O que leitor pode encontrar nessa obra é um convite para deslindar que a Balaiada não é uma versão simplista de resistência social, mas, nessa repaginada, vê-se o revigoramento dos conceitos de “‘revolução’, ‘revolta’, ‘rebelião’, ‘guerra’, ‘insurreição’, ‘movimento’, dentre outras designações” (Farias 2022, 16). Assim, aduz o texto introdutório da obra. De tal modo, interpretar o presente e o passado matizam os olhares fragmentados dos pesquisadores, mas nem por isso devemos ceder ao ceticismo e negar a possibilidade de levantarmos hipóteses, sejam quais forem os indícios, uma vez que eles nos acodem ao contextualizar os sujeitos, sem impelir, suas experiências.

Por exemplo, o destaque da multidão que participou do evento e que “digladiaram-se em lados opostos”; ao mesmo tempo, essa coletânea nos leva a notar esse novo alcance da Balaiada, liderado por Raimundo Gomes. Esse movimento invadiu a cadeia da Vila da Manga e se alastrou “envolvendo milhares de sertanejos e escravos, mas, também, a participação de segmentos das camadas médias rurais e fazendeiros liberais movidos por seus interesses específicos” (Farias 2022, 23). Por isso, asseveramos, a motivação que o leitor deve sentir com essa compilação, pois verá a sensibilidade dos pesquisadores ao dar sentidos a esses significantes da experiência dos sujeitos na Balaiada. Dar sentido a essas experiências não significa enredar uma linearidade fixa e amorfa, mas mapear as simultaneidades dos lances e dos ritmos que os sujeitos deram a elas.

No capítulo “Antirracismo no Brasil Império: Raimundo Gomes e a luta pelos direitos do ‘Povo de Cor’ na Balaiada”, o historiador Matthias Röhrig Assunção apresenta a heterogeneidade da população pobre e livre que é marcada, de forma indelével, pelo comportamento da sociedade imperial, especialmente quando essas pessoas resistem e rechaçam as ações da classe dirigente para a promoção do recrutamento militar. O autor relata a ação de Raimundo Gomes, um vaqueiro de “cor assaz escura”, como responsável pela mobilização de camponeses para romper com a política dos prefeitos e dos recrutamentos arbitrários.

O cerne da defesa do autor é que a Balaiada foi “antes de tudo uma guerra de resistência de camponeses e vaqueiros, que se desenvolveu em paralelo a uma insurreição de escravos” (Assunção 2022, 38). Nessa análise, percebemos, a partir de fontes oficiais, uma desqualificação racial que produz um estereótipo negativo sobre Raimundo Gomes e os rebeldes. A parte final do capítulo é um questionamento pertinaz que o autor faz ao problematizar se a Balaiada foi uma “revolta política, revolução social ou guerra racial”. Por fim, o capítulo caracteriza a Balaiada como uma revolução social, e esclarece para o leitor que o movimento foi construído pelo antirracismo dos rebeldes livres e pobres contra os brancos maranhenses. História que ainda precisa ser analisada sob a luz da historiografia nacional.

Em “As mulheres na Balaiada: presença e representações femininas no palco da guerra”, escrito por Elizabeth Sousa Abrantes, a autora apresenta um capítulo importante para as discussões da Balaiada e a participação de mulheres e crianças, e, por essa proposta, rompe com a historiografia da Balaiada que sempre negligenciou a participação das mulheres no grupo dos rebeldes. Nele, é examinado as questões de gênero a partir da participação feminina no conflito, no qual foi possível averiguar a presença de diferentes condições étnicas e sociais. Segundo a autora, circularam muitas “mulheres negras, mestiças, indígenas, caboclas, livres ou escravizadas” (Abrantes 2022, 76).

A pesquisadora recorre à memória e à historiografia para apontar a ausência das mulheres, sobretudo, nas fontes oficiais, maiormente, nas correspondências e nas proclamações dos balaios, indícios de solicitações para que libertasse as mulheres. Assim ela vislumbra a presença feminina em um ambiente de conflito em que estas são mais do que simples “mensageiras”. A autora aponta que se essas mulheres antes eram negadas pela historiografia tradicional, hoje são sujeitos da história, e é papel dos pesquisadores ampliar essa análise e compartilhar essa perspectiva.

Yuri Givago Alhadef Sampaio Mateus escreveu o capítulo “A Balaiada na sala de aula e nos materiais didáticos”, que compõem a “Parte II – Balaiada e Ensino”. Essa parte dos capítulos é inédita, caracterizando-se pela originalidade dos capítulos que sobressaem o livro, pois trata da inclusão do debate dos sujeitos da Balaiada na sala de aula e suas ações no tempo/espaço. O autor avigora que o silêncio dessa discussão no Ensino Médio do estado do Maranhão tornou-se mais efetivo com a implementação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e, por conseguinte, uma ausência tenaz nas matrizes curriculares e nos livros didáticos abordando os conteúdos específicos da História regional.

Pela razão mencionada, para Mateus, tornou-se secundária o interesse dos estudantes para o tema da História Regional/local. O autor rebate essa visão ao problematizar essa estrutura didática e defende que “os estudos locais e regionais são um amplo palco de debates, quanto às suas relevâncias, para a compreensão da complexidade das experiências humanas no tempo e espaço” (Mateus 2022, 111). Esses são temas que os docentes e alunos devem articular com a história nacional e trabalhar e se utilizar dos debates locais como estratégia de contextualizar a história e não no sentido de hierarquizar-las. E finaliza apontando a necessidade dos autores “reformularem” os materiais didáticos para atrair os estudantes e perceberem-se como “sujeitos ativos da sua própria história”, e somente assim, “atuem de forma consciente em sua realidade histórica” (Mateus 2022, 128).

Seguindo essa interpretação, está a autora Dayse Marinho Martins. O capítulo “Ensino de história do Maranhão e gamificação da Balaiada” amplia a discussão e pauta a “Balaiada no ensino de história local” para sucumbir as interpretações pejorativas sobre os rebeldes e demais resistentes. Ao analisar a matriz curricular e as disciplinas escolares da História do Maranhão, vê-se nas propostas uma estrutura com resquícios eurocêntricos e com debates que enaltecem os colonizadores em detrimento aos temas regionais. Recentemente, com a reformulação, a “História do Maranhão demonstra a articulação da produção histórica com as relações da sociedade” (Martins 2022, 141).

Com isso, foram incorporados “elementos da história local negligenciados no trabalho com a disciplina” (Martins 2022, 141), para aguçar os debates do lugar que foram historicamente silenciados, cuja centralidade é o tema da Balaiada. Nessa estrutura, foi elaborado um manual por Godóis, no qual “destaca a Balaiada como o principal fato do contexto imperial” (Martins 2022, 143).

A autora ressignifica o ensino, a partir da perspectiva da História Social, no qual ela apresenta a Gamificação como transposição didática para contextualizar a Balaiada. Avança como proposta didática para um “sistema híbrido entre educação e entretenimento”, e se apropria da linguagem dos “jogos para engajar pessoas, motivar ações, promover a aprendizagem e resolver problemas no fomento à melhoria de resultados educacionais” (Martins 2022, 149). Sua estratégia é confortável para a educação básica, pois, com a linguagem

da Gamificação, ajuda o aluno a contextualizar a Balaiada como evento importante do período regencial e permite articular o movimento dos balaios com a conjuntura social e política brasileira, facilmente acessíveis nos ambientes digitais. Assim, a “via da ludicidade” e a “aproximação de conteúdos abstratos e distantes da realidade concreta do aluno” (Martins 2022, 156) ampliam as formas metodológicas para interpretar a história criticamente.

No capítulo “Um olhar sobre o memorial da Balaiada de Caxias/MA: refletindo sobre o museu enquanto ferramenta metodológica para o ensino de História”, como complementação do debate da Balaiada e sua interpretação articulada ao ensino de História, com vistas para a educação básica, a autora Reinilda de Oliveira Santos aborda a análise do museu como espaço educativo, lugar de preservação de documentos oficiais e de memórias, como um potencial sensibilizador da produção intelectual do conhecimento histórico.

O Memorial da Balaiada de Caxias foi criado em 2004 e com isso busca abordar o “ponto de vista dos balaios, artesãos, vaqueiros, pequenos lavradores, negros alforriados, escravos, mestiços e brancos pobres” (Santos 2022, 162). O centro educativo-cultural é um espaço que sensibiliza o visitante a revisitar muitas memórias. As interpretações históricas e arqueológicas tangenciam e propiciam múltiplas problematizações acerca da Balaiada, delimitando as aprendizagens a partir da crítica interpretativa. Sobretudo, a “vida dos balaios, os seus líderes e a cidade de Caxias na época do conflito” (Santos 2022, 163).

No texto, é possível percebermos como o museu e educação fluem levemente como aparato didático e apontam como imprescindível a indicação das atividades museais como importante instrumento da aprendizagem. Os objetos expostos – piano de parede, louças, mobília, oratório, cadeiras de descanso – são verdadeiros indícios de um passado muito presente e servem para lembrar os alunos da necessidade de solenizar, mas também de ressignificar a Balaiada sob o olhar da contemporaneidade.

No capítulo “A Balaiada na sala de aula e suas implicações em vestibulares e concursos: uma breve análise do trato dos materiais didáticos usados em escolas e cursinhos de São Luís do Maranhão”, de Ramsés Magno da Costa Sousa, as análises para com os livros didáticos de História do Brasil do Ensino Médio e os desdobramentos dos conteúdos históricos da Balaiada nos vestibulares e concursos são uma discussão pertinente, sobretudo, para avaliar as aprendizagens crítico-reflexivas do conflito e da elaboração dos quesitos nas provas para o ingresso nas universidades.

Conforme investigação de Sousa, foi identificado a produção de novos materiais sobre a Balaiada, mas a permanente ausência do debate nas escolas básicas e a falta de prioridade na discussão do tema que versam sobre os balaios ainda é estarrecedor, inclusive, pela fragilidade interpretativa que tiveram os candidatos em vários processos de vestibulares no estado do Maranhão. Sousa vê nas produções uma discrepância, pois as “academias vem proporcionando uma série de releituras através de encontros, mesas redondas, debates e produções de artigos e livros que nos proporcionam um novo olhar sobre a Balaiada”. E na contramão dessa produção está a escola básica, na qual persistem “as visões mais conservadoras que ainda permeiam o ambiente extra acadêmico” (Sousa 2022, 209), maiormente, quando o debate é a Balaiada.

Findando essa parte, o capítulo sinaliza para a necessidade de uma revisão dos materiais didáticos, principalmente com relação à utilização de imagens e de outros recursos que proporcionem interpretações diversas sobre a Balaiada. Assim, enquanto essa inserção de conteúdos não acontece nos

materiais pedagógicos, cabe aos docentes o arbítrio de incluir as diversas linguagens (fotografias, pinturas, jornais, etc.), como subsídios complementares aos livros didáticos, e que talvez possa mobilizar nos alunos interpretações plausíveis sobre o evento dos balaios e dos protagonistas dos mesmos.

Na parte intitulada “Memória e Historiografia”, há uma gama de capítulos com argumentos que promovem a transversalidade para a interpretação da Balaiada no tempo e em lugares sociais distintos, como forma de apresentar o conflito e sua extensão para além do Maranhão. É o caso do capítulo “Ressentimentos políticos e lutas de memória em *A Balaiada*, de Clodoaldo Freitas”, de Teresinha Queiroz. Nele, a autora adota como análise o manuscrito de Freitas, um piauiense militante na polícia e na imprensa, que publicou em 1894 o texto *A Balaiada*, cujo teor não aborda “uma defesa dos balaios”, mas de “um libelo apaixonado contra as guerras civis e sua inutilidade e um discurso de reforço aos valores de uma nacionalidade coesa, sob os princípios republicanos e verdadeiramente democráticos” (Queiroz 2022, 233-234).

A autora apresenta um capítulo escrito de forma meticulosa, em que os subitens se entrelaçam. Primeiro, com o contexto da produção do manuscrito, da bibliografia e das fontes, que Freitas utilizou para a composição da obra *A Balaiada*. Na sequência, analisa a estrutura da narrativa, as dimensões políticas da interpretação e dos sentidos políticos da escrita de Freitas. No último tópico, são avaliadas as escritas dos ressentimentos do autor que, com o início da República, ganham escopo.

No decorrer de sua escrita, percebemos que Queiroz, com sagacidade, consegue sintetizar as intenções de Freitas, e, de forma magistral, marca as discussões políticas internas que o autor registrou ao analisar as contendas de grupos políticos do Centro-Sul e do Norte do Piauí. Em seguida, são apontados os principais líderes das famílias Sousa Martins e Castelo Branco, cujos enfoques políticos são as disputas entre os Conservadores e Liberais. Assim, Freitas delinea uma escrita que faz ressurgir “o tempo da Balaiada e o tempo-presente do autor, o do início da República” (Queiroz 2022, 243).

A partir dessa estrutura textual, é evidenciada a participação do Piauí e do Ceará na Balaiada, na qual Freitas acena como importante movimento, pois considerou o pouco esforço dos presidentes do Maranhão, Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo e de Manuel Felizardo de Sousa e Melo, frente à administração da guerra naquela província. Com essa coalizão, Freitas, segundo Queiroz, via que as forças oficiais foram “arbitrárias ou impertinentes” ao dar “ênfase nos sofrimentos do povo, na violência da repressão, nos castigos físicos e nos crimes” (Queiroz 2022, 248), e finaliza esse capítulo enfatizando a identificação de Freitas com a Balaiada e suas decepções com a República.

O capítulo intitulado “Lívio Lopes Castelo Branco, um homem de elite na Rebelião da Balaiada”, de autoria de Pedro Vilarinho Castelo Branco, também apresenta discussões pertinentes relacionadas à participação do Piauí no movimento dos balaios. Nesse sentido, além de distinguir as “populações mais pobres, dos homens simples que lutavam contra a opressão e o despotismo das elites brancas” (Castelo Branco 2022, 267), também indica que as elites piauienses se aproveitaram da Balaiada para também se fazerem notarem, pois “se sentiam discriminados, vítimas do despotismo e do autoritarismo que emanava do Governo Imperial do Rio de Janeiro” e até “mesmo dos governos provinciais, tanto de São Luís como de Oeiras” (Castelo Branco 2022, 267).

O autor procura esboçar o perfil de Lívio Lopes Castelo Branco nos primeiros anos do Governo de Manoel de Sousa Martins, especificamente nos idos de 1828, quando ele se engajou na malha da administração pública na função de Alferes do Exército Imperial. Noutro sentido, dá destaque às origens de um “homem de elite, bem-nascido, inteligente” e de uma pessoa que sempre demonstrou afinidade com as ocupações de cargos na administração pública. Também, segue com a narrativa apontando os motivos que o levaram a organizar e comandar uma tropa para participar do movimento rebelde dos balaios.

No decorrer do texto, vamos percebendo que Castelo Branco teve uma vida dinâmica na província do Piauí, ganhou destaque tanto pelas funções que ocupou, mas também pelas destrezas militares e homem de negócios. Na vida pública, sua vida foi marcada pela dicotomia, inclusive, registrado em jornais e outros impressos que julgavam a participação de Castelo Branco na Balaiada. Segundo algumas críticas, ele “deixa-se levar por ambições menores, alia-se a homens desqualificados na promoção de desordens e de crimes os mais variados” (Castelo Branco 2022, 285). Por outro lado, há escritos que o desenham como herói, defensor das causas liberais e dos desfavorecidos; enquanto outros, como traidor e acreditam que “o medo do confronto direto com as forças governistas” o fez fugir do movimento. E é essa a imagem que ficou cristalizada na biografia do Castelo Branco, como “rebelde” e não de um comandante astucioso.

Para desconstruir essa imagem impositiva, coube ao filho de Castelo Branco, Miguel Borges, escrever uma narrativa aprazível para alterar a imagem de “vencido, foragido e preso” que se cristalizou na memória dos piauienses. Assim, ele registra uma “imagem como homem capaz de se envolver no conflito, para nele exercer a função de mediador, de conciliador, de pacificador, só se ausentando da luta, ao perceber que seus esforços seriam em vão” (Castelo Branco 2022, 288). Castelo Branco consegue extrair informações importantíssimas sobre a forma como os piauienses participaram da Balaiada, pautando uma reinterpretação sobre a participação do Piauí no movimento. O texto conclui informando que “Lívio era um liberal convicto, defendia um governo constitucional, e se posicionava claramente contra posturas despóticas dos governantes” (Castelo Branco 2022, 293).

O capítulo escrito por João Paulo Peixoto Costa, intitulado “A Balaiada no Ceará: possibilidades de pesquisa” tem por objetivo analisar as inserções dessa província no movimento dos balaios. Nele, Costa projeta o Ceará no rol dos debates relativos a outra província do Norte que se aliou ao Maranhão e ao Piauí no combate aos desgovernos dos gestores do império, os quais persistiam em decisões arbitrárias frente às classes subalternas, como, por exemplo, a violência dos recrutamentos forçados.

O que chama atenção desse capítulo é a sensibilidade do autor em analisar a província do Ceará no pós-independência e perceber “as heterogêneas motivações políticas populares, que, inclusive, conflitaram violentamente com as novas definições institucionais” (Costa 2022, 299). Nessa perspectiva, Costa traz à tona a insatisfação dos “mestiços, pretos cativos ou livres e brancos pobres insatisfeitos com os rumos da nova nação independente”, justamente, e de forma inédita na historiografia que versa sobre os balaios, a participação dos “índios da Ibiapaba” que “também tinham muitos motivos para a indignação” (Costa 2022, 300). O texto enfatiza a lacuna existente sobre os estudos da Balaiada na historiografia do Ceará e sua marcação textual nessa proposta visa apontar possibilidade de pesquisa para ampliar os estudos e destacar a participação de

uma diversidade de pessoas que lutaram contra as tropas legalistas e em defesa dos ideais de Raimundo Gomes, líder principal dos balaios.

O autor conclui o capítulo ressaltando a importância da coleta de documentos para a realização de pesquisas e enfatiza que o Ceará não pode ficar de fora da discussão sobre os diversos grupos que enfrentaram as forças legalistas, incluindo indígenas e o “protagonismo de outros grupos étnicos e sociais”. Também é proposto pelo autor um estudo sobre a “interação entre eles e o trânsito que estabeleceram entre as fronteiras piauiense e maranhense, permitindo incontáveis reflexões sobre a cultura política da população subalterna nos sertões do império do Brasil” (Costa 2022, 316).

No capítulo “A Balaiada pela teia da institucionalidade”, de Sandra Regina Rodrigues dos Santos, primeiramente é situado o tempo histórico e o lugar social da Balaiada, e também aproximado o movimento de outras revoltas ocorridas no império, mostrando que ambas lutaram contra a centralização do governo e os desmandos perpetrados frente aos desfavorecidos (violência, recrutamentos, trabalho forçado, etc.). No segundo momento, a autora nos apresenta a eclosão deste movimento rebelde a partir da Província do Maranhão, que, sob a luz da legislação, registra que os motivos da rebelião tenham sido motivados para confrontar a Lei dos Prefeitos (1838) e a Lei do Recrutamento. Na continuidade, ela apresenta o projeto do Ato Adicional de 1834 e o projeto da Lei da Interpretação, que eram processos de ação para a centralização do poder, ambos transcorriam na Câmara Regencial.

No decorrer do capítulo, a autora sinaliza projeções das discussões ocorridas acerca da produção dessa legislação e os conflitos gerados durante sua produção e execução. Destaca-se a Lei dos Prefeitos e sua consonância com a Lei da Interpretação, que projetava a centralização do poder na província e extinguiu os poderes locais, sobretudo os juizes de paz, que tinham extensa representação local e autonomia diante do presidente da província. Segundo a autora, a “lei constituiu-se no Maranhão como um duro golpe nas conquistas políticas desse grupo dos liberais” (Santos 2022, 327).

A proposta se destaca na imprensa local, que discute a Lei dos Prefeitos como um retrocesso e dá ênfase às demandas dos balaios para fortalecer o movimento. O enredo segue com análises minuciosas da imprensa e dos demais interlocutores, e a autora finaliza apontando a problemática de que os balaios podiam estar associados ao grupo político dos liberais e procura desconstruir essa versão, analisando os documentos produzidos na época, em que é notável argumentos plausíveis que reforçam a defesa das ideias políticas e sociais narradas nos manifestos. O fato é que a “Balaiada, portanto, foi um movimento de revolta de caráter popular, e dada a heterogeneidade de seus componentes [...], cujos matizes são definidores de sua natureza sertaneja” (Santos 2022, 344).

O historiador Josenildo de Jesus Pereira, no capítulo “Astolfo Serra: o que disse e o porquê, acerca da Balaiada!”, debruça-se sobre a revisão dos clássicos da produção local, e ao fazê-lo nos exemplifica a necessidade de reconstruir as “memórias e as interpretações” sobre a Balaiada, porque as julgam que foram interpretadas sob a luz “de filtros políticos e ideológicos” (Pereira 2022, 347). Por isso, é imperativo revisá-las, e a intenção do autor centra-se na escrita de Astolfo Serra acerca da Balaiada, pois o que lhe interessa é analisar o arcabouço teórico-metodológico, as implicações político-ideológicas e os protagonistas partícipes do evento. No texto, são analisados vários escritores (Sebastião Moreira Duarte, José Ribeiro do Amaral, Carlota Carvalho), e por meio de um olhar minucioso conseguiu captar que essas produções tomaram

como argumentos os suportes dos documentos oficiais e os discursos jornalísticos. Nas análises que fez, o autor conseguiu reunir pontos equivalentes, mas também divergentes sobre as produções relativas às memórias da Balaiada.

No decurso do capítulo, o autor vai expondo que as narrativas apontam tensões político-partidárias entre Cabanos e Bentivis, dando ênfase aos rebeldes como sujeitos indisciplinados. Ele analisa a atuação que os presidentes provinciais praticaram para conter a sublevação. Também observa que houve uma negação do protagonismo a Raimundo Gomes como deflagrador da Balaiada e projeta a Lei dos Prefeitos como uma política centralizadora que conseguiu mobilizar, pela inconstitucionalidade, a oposição, notabilizando o abuso de poder que se legitimou com a lei.

Na segunda parte, o autor se debruça no contexto histórico da vida e obra de Astolfo Serra. E dessa forma, apresenta para o leitor a infância pobre, sua formação, os cargos públicos que ocupou. Assim, fica visível e indiscutível a larga experiência política e intelectual que culminou por escrever obras expressas, sobretudo, com claras evidências da influência de Euclides da Cunha. Segundo Pereira (2022, 358), “em termos cronológicos se pode dizer que Astolfo Serra foi um homem do século XX”, e essa projeção também é vista pela sua sensibilidade ao abordar os Sertões e a Baixada, trazendo à tona a História e a Geografia como um debate sublime nas suas produções. Por fim, comparando Astolfo Serra com os outros autores, percebe-se que Serra “inovou a análise e interpretação” (Pereira 2022, 369), e a Balaiada ganhou contornos para a posteridade, inclusive, ampliando outras possibilidades interpretativas.

O último capítulo da Parte III – Memória e Historiografia é de autoria da historiadora Léa Maria Carrer Iamashita, intitulado “A politização de indivíduos livres e pobres durante a construção do Estado Liberal na província maranhense, entre o início da Regência (1831) e o fim da Balaiada (1841)”. O plano de escrita desse capítulo é a “protagonização política dos grupos populares durante a Rebelião da Balaiada” (Iamashita 2022, 372), cujo sentido está em analisar, no pós-independência, a formação do Estado e da nação brasileira, a partir das experiências históricas da Balaiada, com ênfase na resistência popular e aos ordenamentos criados pelo aparelho Estatal para disciplinar a população.

A historiadora busca analisar no Maranhão a mobilização dos homens livres e pobres, sobretudo, os “vaqueiros, roceiros, mestiços e indígenas” e sua ação frente ao “remodelamento das instituições nacionais e provinciais” (Iamashita 2022, 373). No plano teórico, pudemos mapear a utilização de um rico referencial teórico relativo à historiografia nacional e regional, que cruza informações pertinentes sobre a Balaiada sem hierarquizar o conhecimento, e amplia uma discussão que se complementa no decorrer das análises.

A documentação oficial permite, segundo a autora, contextualizar que aconteceram momentos confluentes na Balaiada, e que culminaram em grupos distintos. Essa separação pode ser vista pelas “frentes” da rebeldia, composta de um lado, pelos proprietários, e do outro, pelos movimentos rebeldes da população pobre. Na continuidade do plano de escrita, há uma apresentação dos diversos grupos e a construção dos líderes que se constituíram no movimento rebelde. E posteriormente se discute a politização da “gente simples”. Nesse contexto, e sob a luz das concepções da Historiografia Inglesa, especificamente, a partir dos conceitos de Edward P. Thompson, deslinda uma escrita crítica sobre o gabinete provincial e as ações dos balaios.

Por fim, trata-se de um capítulo que consegue esmiuçar a importância das classes subalternas em relação às negociações de seus direitos para garantir sua cidadania. É uma concepção ainda em construção em meio a formação do Estado nacional, mas que ficou visível a relação densa que essa classe articulou para negociar com os liberais, e assim foram “construindo alianças políticas, negociando com o Estado e com os outros grupos sociais” (Iamashita 2022, 389). Finalizando a coletânea, vamos apresentar a Parte IV – Imprensa e Literatura, que compõem na sua estrutura dois capítulos. O primeiro, intitulado “Narrativas da Balaiada na obra de Hélio Benévolo Nogueira – A Escrava Romana”, foi escrito por Jakson dos Santos Ribeiro e Maria dos Santos Damasceno Sousa. A análise tem como mote a obra “A Escrava Romana”, de Hélio Benévolo Nogueira, cuja ambientação histórica é o contexto da Revolta da Balaiada, no período regencial do império da província do Maranhão.

Nesse capítulo, os autores, além do diálogo com os clássicos da historiografia (nacional e regional), também procuram interpretar a Balaiada a partir do conceito da representação. Inclusive, buscam respaldo teórico na História Cultural, articulando com Sandra Jatahy Pesavento, Roger Chartier e Pierre Bourdieu. Sem exaurir as demais referências bibliográficas, esses fundam o arcabouço teórico dos principais autores que auxiliam nessa interpretação da representação dos balaios e suas experiências do movimento revoltoso.

No transcorrer do capítulo, podemos notar um esforço dos autores na composição do quadro histórico e dos autores principais envolvidos na revolta da Balaiada. Nesse ínterim, é sinalizado que os revoltosos optaram pela luta armada e que eles foram perseguidos e severamente punidos para servirem de exemplos. Na sequência, os autores dão ênfase às “Notas sobre o Autor de Romana”, em que mapeiam a vida formativa, intelectual e profissional de Hélio Benévolo Nogueira. Nogueira, natural de Caxias, no Maranhão, após muito tempo afastado da terra natal, ao retornar, assumiu a advocacia e procurou seguir carreira política. Também teve grande destaque na Direção da Faculdade de Educação de Caxias (FEC), atual Universidade Estadual do Maranhão.

Em meio às diversas funções, Nogueira foi um exímio escritor e exercitou essa prática com rigor, e isso pode ser visto pela vasta obra que é citado no capítulo. A sua principal obra foi *A Romana*, na qual ele teve o prazer de conhecê-la e descobriu que estava sob a sua detenção os “recortes de jornais, estudos, reportagem, fragmento de um diário e poemas, ao que ele pediu para levar o saco com tais registros” (Ribeiro; Sousa 2022, 421).

Rematando o capítulo, os autores fazem a defesa da importância da história e da literatura, e condiciona que Nogueira interprete a Balaiada a partir das memórias de Romana. Também segue marcando o contexto da vida familiar de Romana na África e do seu cotidiano na fazenda, que, em meio a um cotidiano machista e patriarcal, a obra consegue apontar as “figuras da ficção e como ele estabelece o elo entre os dois universos, o de ficção e o real” (Ribeiro; Sousa 2022, 438). Assim, a Balaiada ganha vida na ficção criada por Nogueira, que, no entremédio das memórias com Romana, fez com que o leitor pudesse testar que a literatura pode ser uma leitura aprazível, histórica e crítica do passado e do presente. Uma relação complexa, sem hierarquização, mas que se complementa. E sobre esse enredo, deve-se ler para decifrar essa trama.

O segundo capítulo da Parte IV completa e insere o Piauí na historiografia como sendo uma província que teve participação direta na Balaiada. Essa ressalva se justifica porque as discussões acerca do tema eram restritas apenas ao Maranhão, e hoje podemos averiguar um conluio entre as três

províncias: Maranhão, Piauí e Ceará. O capítulo “O jornal ‘*O Telégrafo*’ e sua atuação na Balaiada durante os anos de 1839-1840”, dos autores Johny Santana de Araújo e Susana Ferreira da Silva, encerra essa coletânea e traz para o debate um registro importante do uso da imprensa, sobretudo, do jornal “*O Telégrafo*”, cujo acervo buscaram o Projeto Memória do Jornalismo Piauiense, do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação (NUJOC).

O impresso foi um instrumento importante para combater a repressão feita pelo presidente da província do Piauí, Manoel de Sousa Martins, para sufocar os balaios. Segundo os autores, Martins agiu diretamente para debelar o movimento da Confederação do Equador, em 1824. Nessa província, e por isso “acabou sendo consolidado no Piauí o viés conservador e centralizador que caracterizaria o império naqueles primeiros momentos” (Araújo; Silva 2022, 445) da Regência.

Na sequência, o que vemos nesse capítulo, por parte dos autores, é reivindicação da historiografia oficial para reconhecer a participação do Piauí e do Ceará na Balaiada, e que, embora o movimento rebelde tenha se iniciado no Maranhão, houve entre essas províncias uma relação intrínseca, no sentido de se unirem para ampliar a rejeição contra a implementação dos projetos conservadores, sobretudo, em 1840, com a Lei dos Prefeitos. No entanto, é ressaltado que as ações dos balaios tiveram participação singular em cada uma dessas províncias, e que isso nos projeta para analisarmos os fatos separadamente. O que se viu no jornal *O Telégrafo* foram publicações de uma diversidade de manuscritos, de Oeiras a Parnaíba. É possível encontrar várias matérias que elucidam a necessidade de enfrentar os legalistas. *O Telégrafo* era um jornal oficial e noticioso, mas a finalidade maior também era dar publicidade aos supostos “atos de bravura’ das forças governamentais na luta contra a Balaiada” (Araújo; Silva 2022, 450).

Os autores destacam que o periódico circulou até 1841, e teve a sua frente o jornalista Francisco José Fialho, que tinha um perfil “combativo e polêmico”. Fialho ganhou destaque e recursos financeiros, tanto que mudou para o Rio de Janeiro e se tornou deputado geral, fixando-se nas relações do poder na capital do império. Enquanto isso, seu opositor, Manoel de Sousa Martins, “entrou num profundo ostracismo político antes mesmo do fim da revolta [da Balaiada]” (Araújo; Silva 2022, 450). No capítulo, há uma apresentação da estrutura do jornal e sua importância na divulgação de ideias e ideologias, que atizou a certos grupos a digladiarem na arena da imprensa, e com isso intensificou a vida política da província do Piauí. Assim, fica evidente a circulação das notícias e o papel preponderante de Francisco José Fialho na estruturação da crítica frente aos desmandos, os desgovernos e as ações militares das tropas governistas.

Portanto, a coletânea *Histórias e memórias da Balaiada* se apresenta, indiscutivelmente, como uma organização pertinente, e se insere na historiografia brasileira como instrumento importante para repensar as décadas de 1830 e 1840, tempo no qual foram sendo demarcados os contornos políticos e sociais do Estado nacional brasileiro, fazendo perpassar a discussão da Balaiada, a partir das províncias do Maranhão, Piauí e Ceará. Nesse trajeto, os tempos e os lugares foram retomados pelos autores como objetos de análises que serviram de mote para identificarem os sujeitos e suas ações. Logo, o que lemos na coletânea é o exercício do uso de fontes diversas e o cruzamento com outros indícios que ajudaram os pesquisadores na ampliação dos debates profícuos sobre a Balaiada, no ato da interpretação e da reconstrução das narrativas.

Dito isso, os autores apresentados na obra conseguem provocar nos leitores as várias faces da história da Balaiada e, simultaneamente, os atos e testemunhos que permearam o contato com as fontes e as narrativas dos historiadores. Por isso, temos que avançar e ampliar as abordagens. E, na interpretação densa que estabelecemos com as fontes, devemos procurar expandir os olhares para que os sujeitos que se encontram às margens dos debates historiográficos possam ser primados pelas lentes como sujeitos protagonistas da História, que é a capacidade dos historiadores de ler as fontes a contrapelo e ao duvidarem dos registros gerarem nos leitores desconfortos, e essa ação pode levá-los a (re)lerem as tramas e reavaliarem o contexto de produção e os sujeitos evocados no bojo dos enredos historiográficos.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa; PEREIRA, Josenildo de Jesus; MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio (Org.). *Histórias e memórias da Balaiada*. São Luís, MA: Editora UEMA, 2022.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. *A Guerra dos Bem-Te-Vis*. São Luís: SIOGE, 1988.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaços e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja*. 2. ed. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2002.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mónaco. *A Balaiada*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Tudo é História).

HISTORIOGRAFIA, MEMÓRIAS E LUTAS SOCIAIS
Tecituras da Balaiada
 Resenha recebida em 14/09/23 • Aceito em 12/11/23
 Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado